



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682341 - MS (2021/0232272-2)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : GABRIELA ALVES LOPES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIELA ALVES LOPES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1409417-50.2021.8.12.0000).

A paciente foi presa em flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo sido, posteriormente, convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão cautelar.

Aduz que os predicados pessoais da ré permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Defende que, nos termos do princípio da homogeneidade, mostrar-se-ia ilegítima a prisão preventiva da paciente, uma vez que mais gravosa que a própria sanção eventualmente aplicada em hipótese de condenação.

Alega, ainda, que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja concedida liberdade à paciente, cumulada ou não com medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva da paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 122-129):

[...]

*Em que pese o inconformismo exposto na impetração, o decreto prisional encontra-se satisfatoriamente fundamentado nas hipóteses legais, não havendo que se falar em constrangimento ilegal passível de ser sanado pela via do presente Habeas*

*Corpus.*

*Explico.*

*Relativamente aos requisitos da prisão preventiva, constata-se que a Juíza singular agiu com o costumeiro acerto ao manter a prisão cautelar em razão da garantia da ordem pública.*

*De acordo com a decisão do magistrado a quo, a prisão cautelar foi decretada com fundamentos consistentes, relativos à necessidade de garantia da ordem pública, face a gravidade concreta dos fatos, eis que, segundo consta dos autos originários, a paciente foi surpreendida no interior do Estabelecimento Penal de Paranaíba, com 22 (vinte e dois) invólucros plásticos contendo substância análoga a "cocaína".*

*Com efeito, depreende-se das peças constantes dos autos que há prova do fato e indícios suficientes de autoria, cujos elementos podem ser abstraídos em especial da prisão em flagrante da paciente, dos depoimentos apresentados, dos boletins de ocorrência e da apreensão de drogas, caracterizando-se, assim, o fumus comissi delicti.*

*Importante ressaltar que a prisão preventiva também está dotada de condição de admissibilidade estatuída no inciso I do artigo 313 do CPP, porquanto a pena máxima estabelecida no preceito secundário do crime em tela (artigo 33, da Lei n.º 11.343/06) ultrapassa 04 (quatro) anos.*

*Quanto ao fundamento ensejador do periculum in libertatis, constata-se que este consiste na necessidade de garantir a ordem pública diante da gravidade concreta da conduta, eis que, segundo consta dos autos investigativos, a paciente foi presa em flagrante ocultando em um cobertor setenta e uma gramas de cocaína, que foram localizadas por agentes penitenciários durante a revista dos objetos destinados aos internos daquela unidade prisional.*

*Não se deve olvidar que tal prática revela-se demasiadamente deletéria para a sociedade, na medida em que proporciona efeitos nefastos para a saúde dos usuários, sobretudo porque a "cocaína" é substância que apresenta elevado poder deletério.*

*Referido quadro, ao menos neste momento, tende a demonstrar a periculosidade da paciente, assim como a dedicação desta ao comércio de drogas, haja vista a própria dinâmica dos fatos.*

*[...]*

*Em conclusão, a necessidade da prisão preventiva está suficientemente demonstrada pelos elementos informativos constantes dos autos, de modo que inexistente constrangimento ilegal a ser sanado por intermédio do presente remédio heroico.*

*Ressalto que a quantidade de droga apreendida, associada ao alto poder destrutivo da pasta base de cocaína, evidencia a gravidade concreta do crime, em tese, cometido, revelando-se necessária a*

*segregação cautelar, para o bem da ordem pública. Assim, na espécie, a natureza e a quantidade das drogas justificam, concretamente, a necessidade de acautelar-se a ordem pública, conforme orientação consolidada da Corte Cidadã, pois, " embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga" (RHC n. 56398, Min, Nefi Cordeiro, j. 24.03.2015).*

*[...]*

*No que concerne às condições pessoais demonstradas, cabe frisar que estas, isoladamente, não possuem o condão de revogar a prisão preventiva nos casos em que estão preenchidos os requisitos legais, consoante já decidido por este Sodalício em diversas ocasiões anteriores.*

*Impende destacar que a prisão preventiva não implica, de forma alguma, cumprimento antecipado de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, porquanto se caracteriza por ser uma prisão processual, cautelar, que encontra previsão na Constituição Federal e no Código de Processo Penal para as hipóteses onde for necessário garantir a ordem pública, a aplicação da lei penal e ou assegurar a instrução processual.*

*No tocante ao argumento sobre a dissonância entre a prisão preventiva e a hipotética condenação posterior (princípio da homogeneidade das medidas cautelares), melhor sorte não assiste aos impetrantes.*

*Por ser medida excepcionalíssima, a prisão preventiva deve atender não apenas aos requisitos legais para a sua decretação (artigos 312 e 313, do Código de Processo Penal), mas também deve demonstrar a insuficiência ou inadequação da aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão (artigo 319 do mesmo Codex processual), bem como manter sintonia com a pena a ser decretada em caso de possível sobrevinda de sentença condenatória, em atenção ao chamado princípio da homogeneidade das medidas cautelares.*

*Tal princípio – oriundo das construções jurisprudenciais pátrias e em assentimento ao disposto nos artigos 313, inciso I, e 319, ambos do Código de Processo Penal – leva em consideração a hipotética condenação do indiciado com a gravidade da segregação cautelar, não devendo estas estarem em dissonância. Em outras palavras, se o contexto fático-delituoso e as condições pessoais do acusado conduzem a uma pena que não incorra em recolhimento ao cárcere, desarrazoável a sua manutenção em claustro preventivo até o julgamento*

*em definitivo da ação penal, pois o mesmo estaria submetido a uma reprimenda transitória muito mais severa que a superveniente definitiva.*

*Entretanto, esta não é a situação do caso em estudo. Isso porque, primeiramente, verifica-se a prática, em tese, do delito de tráfico de drogas, que por si só já condicionam a uma possível condenação em regime inicialmente fechado. Segundo, a via eleita do habeas corpus é inadequada para discutir matéria de prova ou condições pessoais da investigada para fins de estabelecimento de regime de prisional – apreciação esta reservada à ação penal –, não cabendo aqui "estimar" a possibilidade da paciente ser condenada em regime mais brando ou mesmo substituição da pena corporal por restritivas de direito.*

*[...]*

*Assim, não sendo possível se fazer um juízo de "estimativa da pena" em sede de habeas corpus, conclui-se não haver constrangimento ilegal a ser sanado nesse particular.*

*Outrossim, destaco ser incabível a substituição da custódia preventiva por quaisquer das medidas cautelares alternativas encartadas no artigo 319 do Código de Processo Penal, por serem insuficientes e inadequadas ao caso concreto, considerando a gravidade acentuada da conduta imputada aos pacientes.*

*Em conclusão, a necessidade da prisão preventiva está sobejamente demonstrada pelos elementos informativos constantes dos autos, de modo que inexistente constrangimento ilegal a ser sanado por intermédio do presente remédio heroico.*

*Diante do exposto, com o parecer, deve-se denegar a presente ordem de Habeas Corpus.*

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência